

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS

INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE

2022

DENOMINAÇÃO CARITAS DIOCESANA DO PORTO

MORADA Rua Latino Coelho

N. 314 ANDAR LOCALIDADE Porto

FREGUESIA Bonfim

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4000-314

EM

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

LOCAL: Porto

DATA: Porto

12/04/2023

ASSINATURAS

Pelo Presidente
Daniel Oliveira
Carla do Santos
João Nelson Amado

ASSINATURA DO PRESIDENTE

CARITAS DIOCESANA DO PORTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 500961883

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2022	31-dez-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	109 210,37	119 584,29
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	9.1	926,42	780,30
		110 136,79	120 364,59
Ativo corrente			
Diferimentos	9.3	2 204,24	1 997,22
Estado e outros entes públicos	9.7	60,97	440,45
Outros ativos correntes	9.2	4 384,00	6 491,00
Caixa e depósitos bancários	9.4	622 090,22	605 349,18
		628 739,43	614 277,85
Total do ativo		738 876,22	734 642,44
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9.5	2 493,99	2 493,99
Resultados transitados	9.5	531 603,12	575 774,44
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	9.5	137 639,88	137 639,88
		671 736,99	715 908,31
Resultado líquido do período		22 293,74	-44 171,32
Total dos fundos patrimoniais		694 030,73	671 736,99
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	9.6	18 701,32	35 000,07
Estado e outros entes públicos	9.7	3 223,18	2 466,64
Diferimentos	9.3	5 345,31	5 345,31
Outros passivos correntes	9.8	17 575,68	20 093,43
		44 845,49	62 905,45
Total do passivo		44 845,49	62 905,45
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		738 876,22	734 642,44

A Direção

O Contabilista Certificado

Dr. Luís Mexari dos Santos Costa
Daniela Queiroz
Francisco dos Santos Costa
Luís Mexari dos Santos Costa

[Assinatura]
 17688

CARITAS DIOCESANA DO PORTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 500961883

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Subsídios, doações e legados à exploração	9.9	295 432,04	175 350,55
Fornecimentos e serviços externos	9.10	-151 470,56	-110 809,83
Gastos com o pessoal	7	-122 046,25	-100 723,54
Aumentos/reduções de justo valor	9.11	0,00	-1 091,02
Cutros rendimentos	9.12	10 854,55	1 590,37
Cutros gastos	9.13	-102,05	-343,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		32 667,73	-36 026,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-10 373,92	-8 144,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22 293,81	-44 171,26
Juros e gastos similares suportados	9.14	-0,07	-0,06
Resultados antes de impostos		22 293,74	-44 171,32
Resultado líquido do período		22 293,74	-44 171,32

A Direção

O Contabilista Certificado

Paulo Alexandre dos Santos Machado (portador)
Daniela Guimarães
Daniela dos Santos Botelho
Luís António
Maria Nereia Almeida

[Handwritten signature]
 14/12/2022

Entidade: CARITAS DIOCESANA DO PORTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 500961883

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-122 046,25	-100 723,54
Resultado Bruto		-122 046,25	-100 723,54
Outros Rendimentos	9.9/9, 12/9, 14	306 286,59	176 940,92
Gastos administrativos	4/5/9, 10	-161 844,48	-118 954,62
Outros Gastos	9.11/9, 13	-102,05	-1 434,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22 293,81	-44 171,26
Gastos de financiamento (líquidos)	9.14	-0,07	-0,06
Resultado antes de impostos		22 293,74	-44 171,32
Resultado líquido do período		22 293,74	-44 171,32

 Paulo Sérgio
 Daniela Oliveira
 António dos Santos Silva
 Sofia Almeida
 Nuno Nogueira Amado



CARITAS DIOCESANA DO PORTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Pagamentos de apoios		-5 595,94	-13 748,13
Pagamentos a fornecedores		-72 859,40	-42 903,73
Pagamentos ao pessoal		-78 883,93	-65 597,04
Caixa gerada pelas operações		-157 339,27	-122 248,90
Outros recebimentos/pagamentos		-23 536,14	131 479,90
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-180 875,41	9 231,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-38 033,73
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		11,48	1 112,54
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		11,48	-36 921,19
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		197 605,04	125 947,09
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-0,07	-71,49
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		197 604,97	125 875,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		16 741,04	98 185,41
Caixa e seus equivalentes no início do período		605 349,18	507 163,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.4	622 090,22	605 349,18

A Direção

O Contabilista Certificado

João Manuel da Silva
 Daniela Oliveira
 João Manuel da Silva
 João Manuel da Silva
 João Manuel da Silva

[Handwritten Signature]
 17/6/22

CARITAS DIOCESANA DO PORTO

Anexo

Demonstrações Financeiras

2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	12
6	Rédito	12
7	Benefícios dos empregados	12
8	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
9	Outras Informações	13
9.1	Investimentos Financeiros	13
9.2	Outros ativos correntes	14
9.3	Diferimentos	14
9.4	Caixa e Depósitos Bancários	14
9.5	Fundos Patrimoniais	14
9.6	Fornecedores	14
9.7	Estado e Outros Entes Públicos	15
9.8	Outros passivos correntes	15
9.9	Subsídios, doações e legados à exploração	15
9.10	Fornecimentos e serviços externos	15
9.11	Aumentos /Reduções justo valor	16
9.12	Outros rendimentos	16
9.13	Outros gastos	16
9.14	Resultados Financeiros	16
9.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
9.16	Acontecimentos após data de Balanço	17

1 Identificação da Entidade

A "CARITAS DIOCESANA DO PORTO" é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção Geral da Segurança Social sob o nº 42/82, a fls. 101 verso e 102 desde agosto de 1982, com sede na Rua Latino Coelho, 314, Porto.

Tem os seguintes objetivos:

- Realização da ação caritativa e social da Igreja na Diocese, deve promover, orientar e coordenar a Comunicação Cristã de bens em todas as suas formas e ajudar a promoção humana e o desenvolvimento integral de todos os homens;
- Definir, de acordo com os objetivos superiores de hierarquia, as diretrizes a seguir no exercício da ação caritativa da Igreja Católica na Diocese do Porto;
- Despertar as comunidades para os problemas sociais da hora presente, consciencializando-se da gravidade destes e da necessidade de lhes dar a solução adequada;
- Fomentar a criação de Associações, Obras e Instituições de Solidariedade Social e promoção humana, designadamente desenvolver ações em crianças, jovens, adultos e terceira idade, cuja necessidade se faça sentir, de acordo com a Autoridade Eclesiástica competente;
- Promover a criação e manutenção de Creches e Jardins de Infância, Colónia de Férias, Campos de Trabalho, ATL, Ações de Desenvolvimento Comunitário e de apoio à Família, nomeadamente através de Cursos de Formação Familiar e criação de Centros de Alfabetização, Apoio a deficientes e acamados, Centros de Dia e Lares de Idosos;
- Exercer ação coordenadora e esclarecedora junto das Instituições ou quaisquer outras Associações Católicas, que tenham por objetivo a assistência e a promoção social no sentido do melhor aproveitamento e orientação das suas atividades;
- Promover a angariação de fundos através duma verdadeira e autêntica comunicação Cristã de bens;
- Colaborar no campo nacional com as outras Cáritas Diocesanas;
- Assistir, direta ou eventualmente, aos necessitados, nos casos de calamidade pública ou de reconhecida urgência ou quando não exista organização apropriada ao desempenho de determinada missão que se torne necessária ou quando houver conveniência para os interesses de assistência católica, mediante prévia determinação da Autoridade Eclesiástica.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Edifícios	123.905,29				123.905,29
Equipamento Básico	143.687,36				143.687,36
Equipamento de Transporte	38.033,73				38.033,73
Equipamento Administrativo	18.847,63				18.847,63
Equipamento Informático	10.756,49				10.756,49
Ativo Tangível Bruto	335.230,50	0,00	0,00	0,00	335.230,50
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	39.177,81	2.229,67			41.407,48
Equipamento Básico	142.025,89	364,64			142.390,53
Equipamento de Transporte	5.377,62	7.606,75			12.984,37
Equipamento Administrativo	18.440,47	103,95			18.554,42
Equipamento Informático	10.624,42	68,91			10.693,33
Depreciações Acumuladas	215.646,21	10.373,92	0,00	0,00	226.020,13
Ativo Tangível Líquido	119.584,29	-10.373,92	0,00	0,00	109.210,37

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Programas de computador	1.679,55				1.679,55
Ativo Intangível Bruto	1.679,55	0,00	0,00	0,00	1.679,55
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	1.679,55	0,00			1.679,55
Depreciações Acumuladas	1.679,55	0,00	0,00	0,00	1.679,55
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços	0,00	0,00
Outros Réditos	11,48	669,35
Juros obtidos	11,48	669,35
Total	11,48	669,35

7 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram de "8". Durante o período de 2022 foram nomeados os novos Órgãos para o quadriénio 2022/2025, que têm a seguinte composição:

Direção

Presidente – Paulo Alexandre Lima Machado Gonçalves;

Secretário – Daniela Cristina Guimarães da Silva Aarão;

Tesoureiro – Francisco dos Santos Barbeira;

Vogal – Isabel Glória Fernandes Silva Teixeira Bastos;

Vogal – João Daniel Neves Amado.

Conselho Fiscal

Presidente – Pedro Lourenço Ferreira Dias;

Secretário – Maria da Graça Lucas Crista de Castro Silva;

Vogal – Pe. José António de Sousa Barros.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2022 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
6	Voluntários polivalentes	2 500

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 foram de "6" e em 2022 foram de "7".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	99.524,59	82.662,37
Encargos sobre as Remunerações	20.411,46	17.020,55
Seguros de Acidentes no Trabalho	1.390,30	599,97
Outros Gastos com o Pessoal	719,90	440,65
Total	122.046,25	100.723,54

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	926,42	780,30
Total	926,42	780,30

9.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinham, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Devedores por acréscimo de rendimentos	4.384,00	6.366,00
Outros devedores	0,00	125,00
Total	4.384,00	6.491,00

9.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.526,08	1.497,22
Rendas	650,00	500,00
Outras despesas com custo diferido	28,16	0,00
Total	2.204,24	1.997,22
Rendimentos a Reconhecer		
Incêndios Arouca - obras	5.345,31	5.345,31
Total	5.345,31	5.345,31

9.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	900,23	1.282,75
Depósitos à ordem	449.563,95	432.451,87
Depósitos a prazo	171.626,04	171.614,56
Total	622.090,22	605.349,18

9.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2.493,99	0,00	0,00	2.493,99
Resultados transitados	575.774,44	0,00	-44.171,32	531.603,12
Outras variações nos fundos patrimoniais	137.639,88	0,00	0,00	137.639,88
Total	715.908,31	0,00	-44.171,32	671.736,99

9.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	18.701,32	35.000,07
Total	18.701,32	35.000,07

9.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	60,97	440,45
Total	60,97	440,45
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	676,00	885,25
Segurança Social	2.531,89	1.566,10
Fundos de compensação	15,29	15,29
Total	3.223,18	2.466,64

9.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	17.490,68	0,00	20.093,43
Outros credores	0,00	85,00	0,00	0,00
Total	0,00	17.575,68	0,00	20.093,43

9.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios das Entidades Públicas	12.530,24	8.137,04
Doações e heranças – Donativos	282.901,80	167.213,51
Total	295.432,04	175.350,55

9.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	9.813,90	8.589,18
Materiais	5.005,79	3.301,17
Energia e fluidos	6.651,64	4.372,83
Deslocações, estadas e transportes	311,68	46,08
Serviços diversos	129.687,55	94.500,57
Total	151.470,56	110.809,83

9.11 Aumentos /Reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2022 e 2021 aumentos/reduções de “justo valor” nas seguintes rubricas:

Descrição	2022	2021
Em instrumentos financeiros		
Perdas por reduções de justo valor	0,00	1.091,02
Total	0,00	1.091,02

9.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos suplementares	414,87	315,60
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	10.428,20	605,42
Juros obtidos	11,48	669,35
Total	10.854,55	1.590,37

9.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	0,00	115,00
Outros gastos	102,05	228,00
Total	102,05	343,00

9.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Outros juros	0,07	0,06
Total	0,07	0,06
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	11,48	669,35
Total	11,48	669,35
Resultados Financeiros	11,41	669,29

9.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2022, foi o seguinte:
Centro Atendimento e Acompanhamento Social – 1.055 atendimentos.

9.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

A Direção